

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE
SANTA CATARINA DA SERRA E CHAINÇA



ATA N° 5/2014

(da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2014)



ATA N.º 05/2014

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, no auditório da União das Freguesias, em Santa Catarina da Serra, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça.

Estiveram presentes os membros da Assembleia: Armando Primitivo Constantino, Armando Dias Brás, Ivone Inácio Oliveira, Jaquelina Neto das Neves, Joaquim Pinheiro Lains de Oliveira, José Augusto Filipe da Costa Santos, Milene Rosa Ribeiro, Nuno Santos Pereira e Patrícia Alexandra Vieira Gonçalves.

Por parte da Junta de Freguesia estiveram presentes o Sr. Presidente da Junta, José Artur das Neves Ferreira, o Tesoureiro, Sérgio Rito Vieira e o Secretário, Manuel Fernando de Oliveira Gonçalves.

A sessão foi presidida pelo senhor José Augusto Filipe da Costa Santos, Presidente da Assembleia de Freguesia, e secretariada pelas senhoras, Ivone Inácio Oliveira, 1.ª Secretária da Mesa, e por Jaquelina Neto das Neves, 2.ª Secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo Presidente declarada aberta a sessão eram vinte e uma horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária do dia 30 de setembro de 2014.**
- 2. Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia.**
Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. Proposta de orçamento, opções do plano e mapa de pessoal para 2015 – Apreciação, discussão e votação.**
- 4. Primeira modificação ao contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia para conservação e manutenção de vias municipais.**
Autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O **Presidente da Assembleia** iniciou a sessão cumprimentando todos os presentes. Passando de seguida para o período de antes da ordem do dia, os chamados pontos prévios da sessão:

1º PONTO PRÉVIO - Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de setembro de 2014.

2º PONTO PRÉVIO - Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia - *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1º PONTO PRÉVIO - Aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de setembro de 2014.

Antes de entrar no primeiro ponto o senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que juntamente com a documentação enviada referente à ordem de trabalhos enviou também, para conhecimento dos membros, a versão final da ata número três, aprovada na sessão anterior e sujeita a duas correções sugeridas pelos membros Joaquim Pinheiro e Patrícia Gonçalves.

De seguida o **Presidente da Assembleia** questionou se algum dos membros presentes queria tecer algumas considerações à ata número quatro de dois mil e catorze, da sessão de trinta de setembro de dois mil e catorze, previamente remetida pelo que foi dispensada a sua leitura. Não havendo pedidos de intervenção, colocou a ata a votação, que foi **aprovada por unanimidade**.

2º PONTO PRÉVIO – Relatório do Presidente da Junta de Freguesia sobre a atividade e situação financeira da freguesia. - *Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.*

Apesar de o presidente da junta ter entregado o relatório à assembleia, o Presidente da Assembleia passou-lhe a palavra, para que pudesse tecer mais algumas considerações sobre a atividade e situação financeira da freguesia.

O **Presidente da Junta**, Sr. José Artur Ferreira, começou por cumprimentar os presentes, e iniciou a sua intervenção dizendo que embora o relatório tivesse sido enviado para os membros da assembleia iria apresentar os pontos, que entendia serem mais relevantes, para que o público presente tivesse conhecimento das atividades que a junta tem desenvolvido nos últimos meses e da situação financeira, referindo: **No campo da educação**, tem colaborado, sempre que tem sido solicitado, com as escolas e jardins-de-infância, no que respeita a reparações; **no âmbito da cultura**, que o último mês foi bastante fértil em atividades, destacando a organização do nono Festival do Chicharo em parceria com a ForSerra e outras associações, a homenagem a quatro Santacatarinenses, a elaboração de mais uma agenda cultural da freguesia, a realização de um concerto de Coros na Chainça e um encontro de ex-combatentes, naturais ou residentes da freguesia; **no âmbito da requalificação de espaços e desenvolvimento da freguesia**, a requalificação e pintura do cemitério de Santa Catarina da Serra e do poço público da Pinheiria, o alargamento da Rua dos Poços em Santa Catarina da Serra, das Ruas Fonte Velha e Central, no Sobral, e das Ruas das Valeiras Sul e da Barrada, na Chainça. É de referir a pavimentação executada pela Câmara Municipal de Leiria em duas ruas no Vale Tação - a Rua da Capela e a Rua dos Caçadores, duas ruas no Ulmeiro - a Rua



Padre Marques de Oliveira e a Rua Principal, e na Loureira, a Rua de Fátima. Foram ainda pavimentadas, em colaboração com os moradores, em outras ruas da freguesia.

Terminou a sua intervenção referindo-se à situação financeira da freguesia, que à data de trinta e um de outubro do corrente ano tinha apurado um total de receitas cobradas de trezentos e treze mil euros e um total de despesas liquidadas de duzentos e trinta e seis mil euros, valores arredondados.

Sobre os saldos bancários, informou que, à data de um de dezembro totalizavam cento e quatro mil euros, valor arredondado.

De seguida o **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação da assembleia o relatório apresentado bem como eventuais pedidos de esclarecimento adicionais que os membros da assembleia pretendessem formular à junta de freguesia.

Usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro** que começou por cumprimentar todos os presentes e referir que na sua intervenção iria abordar alguns assuntos constantes do relatório e outros que já tinham sido falados em outras sessões e que gostaria de ver esclarecidos: questionou sobre o que se passava com o Centro de Saúde que estava pronto mas que não abria, ressaltando, que não é uma responsabilidade da Junta; se a Junta de Freguesia fez alguma diligência, junto da Câmara Municipal de Leiria, para que a escola da Loureira fosse entregue à freguesia, conforme tinha solicitado na última assembleia; felicitou a Junta de Freguesia pela opção que teve nos reconhecimentos públicos efetuados no dia vinte cinco de novembro; referiu-se à casa dos cantoneiros, propriedade do Estado, alertando para o estado *"lastimoso"* em que se encontra, sendo um mau *"cartão-de-visita"* para a freguesia e perguntou se a junta tem intenção de dar continuidade às diligências efetuadas pelo anterior executivo para que aquele património viesse para a posse da Freguesia; questionou quanto ao que foi feito sobre os diversos processos do IC9, assuntos que no seu entender estavam em curso no final do mandato anterior e que continuam no mesmo estado; lembrou que já tinha solicitado à Junta de Freguesia que entregasse, em cada sessão, juntamente com a documentação, uma lista de dívidas a fornecedores e uma lista de dívidas em processos de contencioso, se os houvesse, com a prestação de contas em abril; sobre o PDM, perguntou se a Junta de Freguesia tomou alguma posição, e qual, na defesa do interesse comum da Freguesia; deixou uma palavra de apreço a toda a população da freguesia que se envolveu na organização do festival do chicharo; perguntou o que se passava com a estrada principal da Quinta da Sardinha para a Loureira; sobre a Rua das Padeiras, que faz a divisão entre Santa Catarina da Serra e Fátima, perguntou se já foi feita alguma coisa em conjunto com a Junta de Freguesia de Fátima, porque no seu entender os trabalhos naquela estrada devem ser assumidos pelas duas freguesias; sobre a estrada do Casal da Fonte da Pedra, disse que as silvas já tocam no alcatrão. Perguntou se houve capinadeira, admitiu que não, uma vez que é tarefa da Câmara, pelo que, sugeriu que a Junta de Freguesia fizesse um procedimento para os locais que achasse mais prementes; perguntou qual era o ponto de situação do processo do Casal da Fartaria, da Engenheira Teresa Pera; perguntou o que se passava na rua Padre Marques de Oliveira, no Ulmeiro, uma vez que existe uma parte alcatroada, seguida de uma zona sem alcatrão e novamente alcatroada; sobre a Rua do Outeiro Gordo, perguntou também o que se passava, uma vez que existe



uma zona alcatroada e outra não alcatroada; Por fim questionou “ *o que estão a fazer cento e tal mil euros nas contas da autarquia com tanta necessidade para a nossa terra.*”

O **Presidente da Assembleia** perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra, não havendo mais pedidos de intervenções, e antes de passar a palavra à junta de freguesia, para responder às questões apresentadas, quis também agradecer e reconhecer o trabalho desenvolvido pela ForSerra e as Associações intervenientes na organização do nono festival do chicharo, manifestando o seu reconhecimento por mais uma vez terem dignificado o evento e porque, ao contrário do que que muitos perspetivavam, o evento ter vindo a crescer, engrandecendo o trabalho dos intervenientes.

De seguida, usou da palavra o **Presidente da Junta** Sr. José Artur Ferreira para responder às questões apresentadas: sobre o centro de saúde, disse que estava praticamente concluído, e que a informação que lhe tinha sido dada pelas entidades responsáveis, era que só faltava instalar o *software* e a única entidade que o podia fazer era a Administração Regional de Saúde; quanto à escola do 1º ciclo da Loureira disse que o objetivo da junta é “*puxar*” a escola para a freguesia para ser utilizada pela associação da Loureira, que tinha tido uma reunião na Câmara Municipal de Leiria com a professora Catarina e que os responsáveis “*teimam em dizer*” que o espaço tem que ir para hasta pública, afirmando que é provavelmente o que vai acontecer, embora aguarde que a Câmara tome consciência que a junta tem um projeto para aquele lugar e altere a decisão; quanto ao PDM disse que o executivo fez uma “*reclamação musculada*”, onde foram reunidas todas as aspirações e reclamações de todos os particulares, numa demonstração de força junto da Câmara; quanto ao troço por alcatroar na Rua do Ulmeiro, disse que aguarda o seu alargamento e a construção de muros por parte dos proprietários dos terrenos anexos em colaboração com a junta, para que o empreiteiro volte ao local e termine a obra. O presidente da junta passou de seguida a palavra ao **Secretário da Junta**, senhor Manuel Gonçalves, para responder às restantes questões apresentadas. Começou dizendo que relativamente ao ponto de situação dos trabalhos do IC9 a relação com a empresa construtora não tem sido fácil, pelo que não foram dados grandes passos, mas que não é por falta de insistência, referiu-se também às obras na rotunda do IC9, onde começaram a remover as terras e pararam, porque pelo que sabe o subempreiteiro abandonou a obra, estando previsto o reinício para a próxima segunda-feira. Relativamente aos restantes assuntos relacionados com o IC9, informou que tem esperança que possam vir a ser resolvidos em breve, uma vez que existe um novo responsável, que é pessoa da sua confiança; relativamente à estrada da Quinta da Sardinha para Fátima, disse que o executivo foi informado pela Câmara Municipal que estava a ser objeto de um estudo, enquadrado com a Câmara de Ourém para efetuarem passeios e melhoramentos da via, e que possivelmente só iria acontecer nos anos 2016 e 2017. Disse ainda que a junta até à execução da obra vai fazer o que lhe compete que é tapar os buracos; relativamente ao caminho do Casal da Fonte da Pedra disse que a capinadeira não tinha vindo para a freguesia este ano, que tinham limpo alguns caminhos com roçadeiras manuais, e que iam tentar tratar daqueles assuntos e não os deixar esquecidos; terminou referindo que, quanto ao Casal da Fartaria já tinha tido uma pequena reunião com a Engenheira



Teresa Pera, mas que não estava a ser fácil chegar a um acordo e consenso, quanto ao perfil da via, num traçado de mil metros.

O **Presidente da Assembleia** questionou se mais alguém pretendia usar da palavra, não havendo mais pedidos de intervenções, disse que dava por encerrado o período de antes da ordem do dia. Continuou dizendo que fez distribuir uma proposta de **voto de pesar** que apresenta à Assembleia sobre o **falecimento do senhor Francisco Jacinto Rito** no dia vinte e sete de outubro, e que passou a ler:

"Faleceu no passado dia 27 de outubro de 2014 Francisco Jacinto Rito, com 68 anos de idade, natural de Chainça, onde residiu durante grande parte da sua vida, nos últimos anos residente em Loureira, nesta União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça.

Ao longo de toda a sua vida, Francisco Rito destacou-se como um exemplo de coragem, determinação e participação nas causas públicas, colocando o seu saber e capacidade empreendedora ao serviço da sua terra e das suas gentes.

Cidadão desta União de Freguesias, a sua ação cívica foi vasta: Enfermeiro que prestou serviço ao longo de inúmeros anos no centro de saúde de Santa Catarina da Serra, indo a sua dedicação muito para além da mera assistência à saúde da população da freguesia; Fez parte do grupo de pessoas que estiveram na origem da publicação do Jornal Luz da Serra; Foi Presidente da direção da Associação de Promoção Social de Chainça, instituição particular de solidariedade social; Foi candidato a presidente da junta de freguesia de Santa Catarina da Serra, e membro da Assembleia de Freguesia; Foi o impulsionador e o grande obreiro do processo que culminou, em 1989, com a elevação de Chainça a freguesia; Foi o primeiro Presidente da Junta de Freguesia de Chainça (1990-1993), e membro da Assembleia Municipal de Leiria; Foi destacado e participativo cidadão em intervenções sociais e culturais.

Atendendo às suas qualidades humanas, sociais e políticas, ao percurso que realizou, e principalmente ao exemplo e à herança que nos deixa, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Santa Catarina da Serra e da Chainça, em sessão realizada no dia 12 de dezembro de 2014, agradece a Francisco Jacinto Rito sua dedicação à causa pública, lamenta a sua partida, e delibera manifestar à sua família as mais sentidas condolências.

De seguida perguntou se algum membro gostaria de tecer algumas considerações à proposta do voto de pesar apresentado, não havendo qualquer pedido de intervenção, colocou a proposta de voto de pesar a votação, que foi **aprovada por unanimidade** e que será enviado à família, manifestando as condolências da Assembleia de Freguesia, pelo falecimento de Francisco Jacinto Rito.

De seguida perguntou se estavam presentes na sala representantes das Associações da União das Freguesias, que quisessem intervir, naquele período que lhes estava destinado, conforme está previsto no Regimento.

Não havendo inscrições de representantes das Associações, deu início aos trabalhos de análise, discussão e votação dos pontos constantes da ordem do dia.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3. Proposta de orçamento, opções do plano e mapa de pessoal para 2015 – *Apreciação, discussão e aprovação.*

O **Presidente da Assembleia** iniciou a ordem de trabalhos perguntando à junta de freguesia se pretendia fazer alguns esclarecimentos adicionais à proposta apresentada.

O Tesoureiro da Junta, Sr. Sérgio Vieira, começou por cumprimentar os presentes, e iniciou a sua intervenção dizendo que, quanto ao orçamento, o executivo continua a ter a mesma política, que é de investir mais na despesa de capital de forma a criar mais riqueza para a união das freguesias. Disse ainda que pelo resumo se pode verificar que continuam a transferir mais receitas correntes para despesas de capital de forma a criar mais riqueza. Disse também que o FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias) para dois mil e quinze é de oitenta e três mil euros, valor arredondado, e que em dois mil e catorze foi de oitenta e um mil e novecentos euros, resultando num acréscimo; que o acordo de execução para os espaços verdes e escolas é de oitenta e dois mil e trezentos euros, valor igual ao ano anterior; que para o contrato interadministrativo - vias municipais em dois mil e catorze foi atribuída a verba de sessenta mil euros e que para dois mil e quinze foi atribuída uma verba de setenta e quatro mil euros, valor arredondado, que corresponde a um acréscimo de dezasseis mil euros. Disse ainda em relação ao orçamento que, as receitas correntes têm nos impostos indiretos provenientes do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) o valor de dez mil e oitocentos euros, taxas dos caniços, certificados e atestados "à volta" dos cinco mil euros; transferências correntes "à volta" de cento e noventa e quatro mil euros, o valor mais elevado; verba de mil e quinhentos euros para alguns estágios profissionais que possam surgir; preveem receber "à volta" de cinco mil e quinhentos euros provenientes das apresentações quinzenais efetuadas na freguesia; receitas provenientes da Câmara Municipal de Leiria para o acordo de execução, sessenta e dois mil euros, reparação das escolas, vinte mil euros, alimentação nas escolas (protocolo para a escola da Chainça), dez mil e oitocentos euros e cerca de nove mil euros de outras receitas que podem vir da Câmara. Disse ainda que existiam vendas de bens e serviços correntes com o valor total de quarenta e três mil euros que proveem principalmente das receitas da alimentação e do prolongamento da escola da Chainça à volta de seis mil euros, da abertura de covatos, sete mil euros, cedência de terrenos para jazigos, oito mil euros, feira da Loureira, sete mil euros, protocolo com balcão dos CTT que está na junta, sete mil euros, renda do primeiro piso que está alugado à PT, três mil e cem euros. Quanto às receitas de capital, preveem com a vendas de bens de investimento arrecadar o valor de oitenta mil euros. Disse que continuavam com probabilidade de vender um lote na Loureira. Que faltava receber o segundo PRODER no valor de vinte mil e novecentos euros. Quanto ao programa interadministrativo das vias municipais o valor de setenta e quatro mil e oitocentos euros. Quanto às despesas correntes com pessoal, cinquenta e cinco mil e quatrocentos euros, com o executivo oito mil e setecentos euros, assembleia de freguesia seiscentos e cinquenta euros, funcionários, dezassete mil e setecentos euros, POC`s seis mil euros, subsídio refeição POC`s, sete mil e oitocentos euros, subsídio de natal funcionários quatro mil euros, segurança social seis mil e duzentos euros, aquisição de bens e serviços



oitenta e dois mil euros, que são basicamente da escola da Chainça, catorze mil euros, eletricidade, quatro mil e quinhentos euros, conservação de viaturas e máquinas, quatro mil euros, conservação de escolas e jardins, dez mil euros, manutenção de caminhos, três mil euros, transporte, (despesa com o passeio de idosos), três mil euros, abertura de covatos, três mil e quinhentos euros, transferências correntes, quinze mil euros para a ForSerra e outras associações que possam necessitar. Quanto às despesas de capital tem o valor de duzentos e setenta e cinco mil euros, cinquenta mil para aquisição de terrenos, requalificação de baldios e fontes, dez mil euros, edifício da junta (parte interior), vinte mil euros, conservação de escolas, dez mil euros, centro de saúde, dezassete mil euros (valor a entregar à CML), viadutos arruamentos e obras complementares, cento e quatro mil euros, parques e jardins, quatro mil euros, viação rural, trinta mil euros, conservação de cemitérios, quatro mil euros, fontenários e lavadouros, três mil euros, material de transporte, dez mil euros (caso necessário adquirir viatura, já que uma das existentes apresenta muitos problemas), três mil euros para projetos do PRODER, quatro mil euros para apoio a instituições sem fins lucrativos.

Quanto ao plano plurianual de investimentos disse que era o resumo do orçamento e fez referência aqueles que achava mais importantes e com valores mais significativos, nomeadamente, cinquenta mil euros para aquisição de terrenos, vinte mil euros para a remodelação da parte interior da sede da freguesia, material e transporte, dez mil euros, reparações escolas, dez mil euros, centro de saúde, dezassete mil euros, requalificação de baldios e outros espaços públicos, dez mil euros, arruamentos e obras complementares, cem mil euros e viação rural, trinta mil euros, finalizando a sua intervenção.

Não havendo mais nenhum elemento do executivo para prestar esclarecimentos, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação da assembleia a proposta de orçamento, opções do plano e plano de mapa de pessoal para 2015.

Usou da palavra o senhor **Nuno Pereira**, que começou por cumprimentar os presentes e sugerir ao executivo que utilizasse os equipamentos de que a sala dispõe, projetando os documentos que apresentam, para que haja um melhor acompanhamento dos mesmos por parte de quem está na assembleia. Quanto ao plano de atividades disse que "esperava mais", que o documento é "copy paste" do documento do ano anterior e que estava quase todo igual. Questionou, relativamente ao desenvolvimento e trabalho anteriormente efetuado na zona industrial, se era para esquecer, uma vez que não constava no plano. Disse ainda que está fora dos objetivos do atual executivo lutar por uma zona industrial, porque constava do plano para dois mil e catorze e não consta naquele plano e a zona industrial ainda não está feita; que a casa dos Cantoneiros, assunto abordado pelo membro Joaquim Pinheiro naquela assembleia, constava do plano do ano anterior e que não constava no de dois mil e quinze; relativamente à estrada municipal quinhentos e noventa e três, Cardosos – Bemposta, disse: "*continua tudo igual, o que se escreveu o ano passado, escreve-se este ano e não se fez mais nada, está tudo igual*"; que o plano não faz nenhuma referência à estrada municipal trezentos e cinquenta e sete e aos semáforos da Magueigia; que em relação à Colónia balnear o texto está igual ao do plano para dois mil e catorze e que no seu entender o texto deveria ser reformulado e explicar o que está a ser feito; quanto à escola da Loureira disse que não viu em lado nenhum plano a sua compra, uma vez que o presidente da junta tinha dito, naquela sessão, que provavelmente iria para hasta pública.



No seu entender deveria constar no orçamento uma verba destinada à compra da escola da Loureira ou pelo menos constar no plano o “compromisso” de a comprar. Terminou dizendo “*de resto é tudo igual a dois mil e catorze*”.

De seguida usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro**, que começou felicitar o presidente da assembleia pelo voto de pesar que apresentou e com o qual também se identifica e que o achou bastante oportuno. De seguida dirigiu-se à mesa lembrando que tinham sido feitos pedidos de esclarecimento para as situações que vai elencar, mas que não tinham tido uma resposta, passando de seguida a elencar: Porque é que os membros da Assembleia de Freguesia não tomaram parte da proposta elaborada, relativamente ao PDM e porque é que ainda não a conhecem? Disse ainda: “*o que foi dito, foi que a junta fez, mas ninguém sabe o que a junta fez*”; perguntou se a junta estava a “puxar” a casa dos cantoneiros para a freguesia porque já existia um processo em curso e que não tinha tido resposta; sobre a rua do Outeiro Gordo, perguntou porque é que uma parte estava alcatroada e a outra não, perguntou ainda sobre a rua das Padeiras, rua que faz a divisão na zona dos Moinhos de Fátima, que no seu entender deveria ser uma obra a assumir pela união de freguesias em conjunto com a junta de freguesia de Fátima; porque é que tinham deixado cair a estrada da Água Braia que era uma estrada prioritária, optando por colocar alcatrão em cima de alcatrão; porque estavam mais de cem mil euros na conta. Disse ainda que o que o preocupa não é a falta de resposta, mas a falta de planeamento. Disse ainda que também tinha perguntado porque é que as dívidas a fornecedores não contavam dos documentos, e que também tinha dito que não era obrigatório, mas que ficaria bem. Disse ainda que quem questiona, como ele, fá-lo única e exclusivamente porque está a acompanhar a vida da freguesia e porque gosta muito da sua terra, e que não pretendem com as perguntas prejudicar ninguém nem apontar o dedo, mas ajudar. Disse também que estas perguntas ficaram sem resposta, como outras no passado também ficaram. Sobre os documentos que estão para apreciação, discussão e votação, começou por lamentar que a população que ali estava presente, embora em número reduzido, não pudesse usufruir das excelentes condições que a sala possui para acompanhar a apresentação dos documentos, porque o atual executivo tem optado por ler os documentos em vez de os projetar. De seguida perguntou se a junta de freguesia queria ganhar dinheiro com as covas ou se existe algum mal-entendido da sua parte, porque, na rubrica de cemitérios, no lado da receita, estão sete mil euros e no lado a despesa estão três mil e quinhentos euros. Disse que no passado, procurava-se que a verba recebida fosse semelhante àquela que era gasta. Porque na rubrica da despesa estudos pareceres e projetos estão destinados sete mil euros e em outra rubrica na área do capital estão mais três mil euros, perguntou que projetos tem a junta para esta verba, porque não os vê transcritos no plano de atividades; perguntou também, relativamente a quatro mil euros que estão na rubrica instituições sem fins lucrativos, se têm algum destinatário, se é para quem os pedir, ou se o executivo tem algum projeto; quanto à reabilitação da casa dos cantoneiros lembrou que não é propriedade da junta, concorda que se faça a sua manutenção, porque é um espelho da freguesia, e continua a pedir que o executivo se esforce para trazer aquele património para a posse da freguesia. Disse que existia um processo em curso nesse sentido, sabe que é demorado, e que o que quer saber é se continuaram com o processo ou não. De



seguida referiu-se ao plano, dizendo *"o plano é aquilo que me impede de aprovar o orçamento, ou de o votar favoravelmente"*. Disse que se ia abster na votação, não pelas contas em si, mas pela falta de planeamento, porque o que está no documento e o que estão a pedir para votar em relação à Educação é apenas o fornecimento de materiais e *"isso a junta tem que o fazer porque recebe dinheiro da Câmara para o fazer, se não o fizer não está a cumprir o seu papel"*. O que pergunta é por projetos para a educação, lembrando o centro educativo, *"... um dossier aberto que a freguesia precisa..."* e que, no seu entender, não está no plano, por lapso ou porque não o consideram importante. Questionou *"a vossa política de educação é continuar a fornecer o papel higiénico e as vassouras ..."*; quanto aos caminhos florestais, gostaria que o plano referisse quais os caminhos a abrir ou a requalificar; sobre o centro de saúde disse *"... foi planeamento de quem lá esteve anteriormente, vocês têm que preparar outros projetos..."*; o plano faz referência a aquisição de terrenos, mas não se sabe quais são. Resumindo disse que o documento que lhe estavam a pedir e aos seus colegas para aprovar refere-se ao centro de saúde, uma obra que vem do planeamento do mandato anterior, ao festival do chicharo, um projeto que nasceu em 2006, à feira da loureira, um projeto do tempo do Senhor Domingos e que foi requalificado no mandato anterior e, no seu entender *"... fala-se nisto como se fosse planeamento, e isto não é planeamento, é manutenção corrente..., planeamento são projetos para a frente..."*. Continuou dizendo que o saneamento foi adjudicado no mandato anterior; o projeto da colónia balnear foi apresentado há um ano ou dois, e o que esperava ver no plano era a construção da colónia balnear. Terminou a sua intervenção dizendo que quer que o orçamento seja equilibrado e que seja o reflexo da visão que a autarquia em conjunto com a população e com as instituições projetam para a frente, e que um projeto para a frente, não é nem pode, no seu entender, ser um resumo do planeamento anterior, agora em curso.

O senhor **Presidente da Assembleia** depois de questionar se mais alguém queria intervir acerca daquele ponto, e antes de passar a palavra ao executivo, teceu também algumas considerações aos documentos em análise referindo que as grandes rúbricas deveriam, no seu entender, vir mais discriminadas, para que a assembleia de freguesia pudesse escrutinar da sua validade, e saber concretamente o que está a aprovar, dando como exemplo os cinquenta mil euros destinados à aquisição de terrenos e os cento e quatro mil euros destinados a viadutos, arruamentos e obras complementares, não indicando nas opções do plano que terrenos pretendem adquirir e em que viadutos, arruamentos e obras complementares pretendem intervir.

Usou da palavra o **Presidente da Junta**, Sr. José Artur Ferreira e disse que, em relação ao facto de não vir discriminado a que se destinavam os cento e quatro mil euros inscritos na rúbrica viadutos, arruamentos e obras complementares, é porque era prematuro, naquele momento, dizer quais as ruas que precisam de ser intervencionadas, e que também não existe nenhum terreno em particular que a junta pretenda comprar. A verba destinada à aquisição de terrenos é no seu entender, uma verba reservada para a aquisição de um terreno que possa surgir, ou eventualmente para a aquisição da escola da Loureira. É, no seu entender, prematuro definir tudo; quanto ao *PowerPoint*, garantiu que nas próximas sessões iria fazer uso das novas tecnologias, uma vez que existe a opinião de que é favorável para a apresentação dos documentos, embora duvide da sua eficácia, dando como exemplo



a dificuldade que ele e os restantes membros assembleia municipal têm na leitura dos documentos projetados nas assembleias municipais; quanto à casa dos cantoneiros, assumiu que nunca se tinha debruçado sobre o caso; quanto à rua das Padeiras, disse que já se tinha deslocado ao local, alguns proprietários confinantes já lhe falaram na necessidade de ser reparada, que já esteve para falar com o seu homólogo da freguesia de Fátima e que em breve irá agendar uma reunião com ele no local para encontrar uma solução para as necessidades aquela rua.

De seguida o **Presidente da Assembleia** perguntou se mais algum membro do executivo queria intervir. Não havendo interessados pergunto aos membros da assembleia se queriam intervir.

Usou da palavra o membro **Joaquim Pinheiro**, que se dirigiu ao presidente da junta dizendo que só deveria utilizar o *PowerPoint* se achasse que tinha interesse e não porque lhe estavam a pedir; quanto à verba de dez mil euros para projetos continua sem saber que projetos, o mesmo acontece com a verba destinada aos terrenos; quanto ao centro educativo, disse que tinha perguntado naquela sessão porque não constava no plano e não obteve qualquer resposta; fez de seguida alusão à explicação dada pelo presidente da junta sobre a verba dos centro e quatro mil euros na rúbrica, viadutos, arruamentos e obras complementares, dizendo que quem profere a frase "*na altura se verá*" quer dizer "*não faco ideia nenhuma, logo se vê*" e que "*é prematuro para quem não tem planeamento*". Disse ainda que gostaria que estivessem a fazer planeamento a cinco ou dez anos. Disse também que lhe estavam a pedir que aprovasse gastarem cento e quatro mil euros onde quisessem e isso disse que não iria fazer. Terminou a sua intervenção dizendo que lamentava, mais uma vez, a falta de resposta às questões que tinha apresentado.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** questionou se mais alguém pretendia intervir sobre este ponto, não havendo interessados, colocou o ponto à votação que foi aprovado maioria, com seis votos favoráveis e três abstenções.

4.Primeira modificação ao contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia para conservação e manutenção de vias municipais -Autorização nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Passando ao ponto número quatro o **Presidente da Assembleia**, passou a palavra ao executivo para esclarecer a modificação do contrato.

Usou da palavra o **Presidente da Junta**, para dizer que o contrato era modificado, para melhorar a definição daquilo que a junta tinha que fazer, porque se tinha verificado, durante o primeiro ano de vigência, que algumas cláusulas eram ambíguas. Referiu ainda que tinha que ser aprovado em minuta para ser enviada à Câmara Municipal.

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** questionou se mais alguém pretendia intervir sobre este ponto, não havendo interessados, colocou o ponto à votação que foi aprovado por unanimidade. Colocou também à apreciação dos membros da assembleia, se alguém se opunha a que a provação fosse feita sobre a minuta que tinha sido apresentada, ao que ninguém se opôs.



De imediato, o **Presidente da Assembleia** deu por concluído o período da ordem do dia, e apesar de não ter inscrições para as intervenções do público, no período depois da ordem do dia, perguntou se alguns dos presentes pretendia intervir, não existindo interessados.

Encerramento da Sessão

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Assembleia de Freguesia deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta a fim de produzir efeitos imediatos.

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão, desejando um bom Natal e um bom ano novo, eram vinte e duas horas e trinta minutos, e para constar e para os devidos efeitos se lavrou a presente ata.

APROVAÇÃO DA ATA

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia de Freguesia, na sessão ordinária de 27 de abril de 2015, deliberou, por unanimidade, aprovar a ata.

O Presidente da Assembleia de Freguesia: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____